

Se o passado é sempre uma terra estranha, a Idade Média é um dos seus mais estranhos lugares: uma era distante, de contrastes e contradições, uma idade de mil anos que os humanistas, e depois os protestantes e os ilustrados, relegaram para as trevas e amalgamaram num brumoso tempo intermédio.

É o fim deste tempo que Nun'Álvares denuncia e plenamente vive e ilumina. O seu lugar, sendo pouco comum, é de todos os tempos, e a sua terra, sendo estranha, é também a nossa.

Nuno Álvares Pereira nasceu em Cernache do Bonjardim no dia 24 de Junho de 1360, dia de S. João Baptista. Era o décimo terceiro filho do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, e o primeiro de Iria Gonçalves do Carvalhal.

## A Guerra dos Cem Anos

Seis semanas antes, no dia 8 de Maio, em Brétigny, perto de Chartres, uma assembleia de nobres, legistas, religiosos e cavaleiros reunia-se para assinar o tratado que iria pôr termo a uma guerra que durava há mais de vinte anos. Por Inglaterra, estavam o rei Eduardo III e o príncipe de Gales, Eduardo, o *Príncipe Negro*; por França, os representantes do rei João, o *Bom*, e do Delfim. A ausência do rei de França

devia-se a uma razão de força maior: estava há já quatro anos cativo em Inglaterra, desde a derrota de Poitiers, e porque o resgate que lhe permitiria viajar para o continente em liberdade estava ainda por pagar, só mais tarde, em Outubro, iriam os dois monarcas encontrar-se em Calais para ratificar os tratados.

Eduardo III e João, *o Bom*, não podiam ser mais diferentes, embora nunca iremos saber ao certo como eram fisicamente. De Eduardo III, ficaram-nos só a estátua jacente, a máscara mortuária e iluminuras do século xv, todas convencionais; de João, *o Bom*, uma gravura coeva em madeira e de perfil, de autor desconhecido, e a figura em corpo inteiro cunhada em moedas. A partir daqui os românticos – que no século xix redescobriam as Trevas – começaram a refazer o resto, caracterizando cada um dos soberanos ao estilo em que na época se via o passado medieval e os seus protagonistas: de barbas, com ceptro e espada, cabelos compridos, ar severo.

Mas se só lhes podemos adivinhar as feições, sabemos o que da história de cada um fez História e ficou para a História. Eram os dois descendentes de Filipe, *o Belo*, rei de França, o que acabara com os Templários, fizera queimar os seus chefes e por isso fora amaldiçoado e convocado perante o Altíssimo pelo grão-mestre da Ordem, Jacques de Morlay. Da gesta e da crónica de Filipe, *o Belo*, e da sua descendência, Maurice Druon faria uma saga histórica – *Les Rois Maudits* –, que depois seria adaptada à televisão.

Eduardo III era filho de Isabel, filha de *o Belo*, e por essa razão viera reivindicar o trono de França ao seu primo Filipe VI, pois a descendência masculina dos amaldiçoados reis Capetos extinguiu-se e passara para o segundo ramo, o dos Valois.

A guerra começara em 1337 e apesar do Tratado de Brétigny e da ratificação de Calais iria durar até 1453, com os ingleses quase sempre a somar vitórias tácticas, pelo menos até ao aparecimento de Joana d'Arc, mas sem conseguirem a vitória final.

Eduardo III, nascido em 1312, rei aos quinze anos, reinaria por cinco décadas. Em 1337 reivindicara pela primeira vez o trono de França, o que dera início ao conflito; em 1340, aliado aos flamengos, destruíra a esquadra francesa em Écluse (Sluis), ganhando o controlo

do Canal da Mancha; e em 1346, em Crécy, derrotara o primo, Filipe VI. Dez anos depois, em Poitiers, o seu filho Eduardo, o *Príncipe Negro*, aniquilaria a nobreza e a cavalaria francesas e capturaria João, o *Bom*, filho de Filipe VI, e o seu primogénito.

Tinham sido batalhas modelo em que os ingleses, sempre em minoria, tinham batido os franceses graças à superioridade táctica e à imaginação estratégica e, sobretudo, ao seu sistema de comando e controlo. Enquanto nos exércitos franceses a cadeia de comando obedecia rigorosamente à hierarquia do nascimento, entre os ingleses um cavaleiro com experiência militar podia comandar outros oficiais de estatuto nobiliárquico mais elevado. Desmontando os cavaleiros e usando a velocidade de tiro do arco sobre a besta francesa, os ingleses demonstraram a força e o engenho de um povo pobre mas industrioso contra a arrogância dos instalados.

Jean Froissart, o historiador em primeira-mão destas guerras, francês mas servidor de Eduardo III, contou tudo isto nas suas crónicas, ilustradas por iluminuras belas e *naïves*: de um lado os arqueiros ingleses, sob o pendão azul e encarnado, com os leões agressivos e as flores-de-lis; do outro, os franceses, só com as flores-de-lis abertas no azul-escuro, num confronto hirto, como se os exércitos passassem lado a lado.

As vitórias inglesas tinham ficado a dever-se a um conceito revolucionário, que abalaria – e por fim destruiria – a ordem feudal. O cavaleiro (*miles*) e a cavalaria deixam de ser os senhores da batalha e os infantes passam a decidir a sorte da contenda, ordenados em formação e de lanças cerradas, com os arqueiros a dispararem o *long-bow*. Preciso a sessenta metros, o *long-bow*, com cerca de dois metros de altura, tinha uma cadência de tiro bem mais rápida, embora menos certa, do que a das bestas ou balestras.

O *Príncipe Negro*, filho de Eduardo III, tinha vinte seis anos quando derrotou os franceses em Poitiers. Nesse dia, diz-se, morreram mais nobres franceses que na Grande Peste de 1347-1349.

As derrotas militares, a captura do rei e do Delfim pelo príncipe bretão e a situação social em França – com a revolta camponesa dos *Jacques*, e depois dos burgueses parisienses – tinham pesado muito

negativamente para os franceses. Mas houvera também, do lado inglês, o reconhecimento da incapacidade de dominar uma França muito mais vasta e populosa do que a Inglaterra. Deste bloqueio cruzado viera a conjuntura do Tratado de Brétigny.

As condições de Brétigny eram duras para os franceses: além de pagarem uma indemnização de três milhões de coroas, perdiam parte do seu território, devendo ceder, a título definitivo, praticamente todo o Sudoeste do país e muitas praças-fortes do Norte. Em contrapartida, Eduardo III renunciava às suas pretensões ao trono de França. Mas a ratificação de Calais, em Outubro, adiou o cumprimento de algumas destas disposições e a guerra acabaria por recomeçar alguns anos depois.

## A oeste da Europa

O mapa político da Europa da época aparece-nos como um difícil quebra-cabeças, mostrando zonas amplas de continuidade e outras mais irregulares e fragmentadas.

A península italiana, além do reino de Nápoles, do reino da Sicília e dos Estados Papais, revelava, no Norte, a pujança das cidades-Estado, das quais as mais importantes eram Florença, Génova e Veneza, e o ducado de Milão. Para leste, havia unidades políticas maiores, como os reinos da Hungria, da Polónia, da Valáquia, da Lituânia, ou a zona a nordeste, junto ao Báltico, pertencente aos Cavaleiros Teutónicos. Na Flandres e no Norte da Alemanha, entre os territórios do ducado de Borgonha e do Sacro Império, floresciam cidades livres. Para sueste, ficavam os domínios dos turcos, rodeando um já reduzido Império Bizantino. E mais a leste, sobre o Cáspio, na Ásia, estava o Canato da Horda de Ouro. Na margem sul do Mediterrâneo Ocidental, então dominado pelos aragoneses, que tinham as Baleares, ficavam as terras islâmicas de Marrocos e da Argélia, com as cidades de Ceuta, Tânger e Fez bem visíveis. E para oriente, o Egipto dos mamelucos.

A ocidente desta península da Ásia que era a Europa, havia outra península: a Península Ibérica. O mapa mostra aqui cinco entidades

políticas: o reino de Castela, de longe o maior e mais populoso destes Estados, a ocupar o Centro da Península; o reino de Aragão, a nordeste, estendendo-se até ao Mediterrâneo; e, em cima do Cantábrico e dos Pirenéus, o pequeno reino de Navarra. A sul, o enclave mourisco do reino de Granada e, bem a ocidente, o reino de Portugal e dos Algarves – um rectângulo diferenciado e cortado na horizontal pelos rios Minho, Douro e Tejo, com as cidades marítimas de Lisboa e Porto.

Em Castela reinava então Pedro I, *o Cruel*, um monarca popular ao modo do seu tio e homónimo, de baptismo e de cognome, Pedro I de Portugal: o Pedro, *o Cru*, de Inês de Castro. Pedro de Castela entrara em guerra com os seus meios-irmãos bastardos, os Trastâmaras, mandando executar dois deles. Casado com Branca de Bourbon, o rei apaixonara-se pela famosa Maria de Padilla, acabando por se casar com ela em bigamia. Destinos paralelos, os dos Pedros de Castela e Portugal.

Em 1360, o rei de Aragão era Pedro IV, *o Cerimonioso* (1319-1387), que conquistara o reino de Maiorca e enfrentara os castelhanos. Pedro IV, além de rei de Aragão e de Maiorca, tinha também outros títulos dos seus muitos senhorios. Entre os quais, o de duque de Atenas.

### «Eis aqui o reino lusitano»

O que é curioso para um observador de hoje, é que, olhando este mapa de há seis séculos e meio, Portugal é o único Estado que já então existia com as fronteiras actuais. Tinha-as desde 1297, pelo Tratado de Alcanizes, em que Castela reconheceu a Portugal a posse do Algarve, conquistado pelo *Bolonhês*, e de algumas terras de Ribacoa. Interessante também é o facto de parte destas fronteiras não ser ditada pela geografia do terreno – por maciços montanhosos, como os Alpes e os Pirenéus, ou por rios de grandes caudais –, nem tão-pouco por factores tribais ou linguísticos. O reino de Portugal era uma construção essencialmente política.

O país tinha então pouco mais de dois séculos de existência e nascera da vontade de Afonso Henriques, que, actuando como leme e fermento de uma identidade sócio-política formada no Noroeste peninsular, fora arrancando o novo reino das fronteiras do Condado Portucalense. Primeiro em aliança com o clero local, desejoso de se libertar da tutela de Compostela, e com os ricos-homens de Entre Douro e Minho, fartos dos rivais leoneses e galegos; e mais tarde também com os cavaleiros-vilões de Coimbra e os burgueses das cidades do Sul. Com estas forças, construíra em duas décadas uma entidade política que o primo, Afonso VII, confirmara em Zamora e que a Santa Sé – o poder espiritual e supra-estatal do tempo – iria reconhecer bem mais tarde. Afonso Henriques fizera, a sul, a guerra contra os muçulmanos, conquistando a massa crítica territorial que lhe faltava e a legitimidade de *miles Sancti Petri*, cavaleiro de S. Pedro, título que usaria na carta de vassalagem que o cardeal Guido de Vico, legado do Papa, levaria a Roma e que começava assim: «*Clavis regni caelorum*» (Chave do reino dos céus).

Reza a lenda, talvez fruto de inteligente propaganda da época, que com a vitória de Ourique, em 1139, Afonso Henriques fora aclamado rei no campo de batalha – uma tradição das tribos francas e godas da «Idade das Trevas». Procurando construir a independência política do reino no xadrez peninsular, sobretudo em relação ao primo, imperador de Leão e Castela, Afonso Henriques fora também consolidando a sua supremacia e autoridade no interior do território – sobre clérigos, nobres, cidades, o que quer ou quem quer que fosse. Fizera-o no curso de uma vida longa para os padrões do tempo – setenta e sete anos, de 1108 a 1185 –, correndo o país com a sua célebre espada de quinze quilos, a tal que D. Sebastião teria depois levado e perdido em Alcácer-Quibir. Com ela, contra galegos, leoneses, castelhanos e mouros, Afonso Henriques fora ganhando e controlando o poder no terreno.

A sua política de alianças matrimoniais prosseguira os mesmos objectivos: Afonso casara-se tarde, com Matilde de Sabóia; depois casara a filha Teresa com um filho do conde da Flandres; e o herdeiro do trono, D. Sancho, com D. Dulce de Berenguer, filha dos condes de

Barcelona. Entre legítimos e bastardos o fundador teve, reconhecidos, mais de vinte filhos e filhas.

Esta convergência, no primeiro rei, de força guerreira e de arte política e diplomática garantiu o sucesso do novo Estado. Para o construir, Afonso Henriques coordenou as peças do jogo e os factores do poder com uma intencionalidade gerida no dia-a-dia. Fê-lo através de sucessivas alianças, conquistando o apoio da Igreja local e promovendo a liderança dos barões portugalenses – rivais dos galegos, leoneses e castelhanos. Depois de ter fixado residência em Coimbra, em 1131, usou a dinâmica demográfica da guerra e da conquista do território aos muçulmanos. Aproveitou também as vantagens económico-sociais que uma linha de cidades litorais, primeiro até Lisboa e depois a sul do Tejo, lhe garantia. A posse e o controlo desta orla atlântica, numa época em que ela se começava a tornar estratégica, ajudou muito o novo reino a interessar os outros Estados europeus na sua independência.

A autonomia conquistada seria fortalecida pelos seus descendentes: Sancho I, *o Povoador*, meio guerreiro, meio administrador político; Afonso II, mais virado para o fomento interno; e Sancho II, rei deposto por Roma a favor do irmão Afonso III, *o Bolonhês*, que completou a conquista do Algarve. D. Dinis viera depois consolidar a paz, a economia e a língua portuguesa. Suceder-lhe-ia Afonso IV, *o Bravo*, outra vez guerreiro, e Pedro I, o protagonista do episódio dos amores contra razão de Estado que acabaria no assassinio em Coimbra de D. Inês de Castro, considerada perigosa para a independência de Portugal pelo rei Afonso IV e seus conselheiros.

### **Pedro, o Cru**

Fernão Lopes, que desde 1418 é «Guardador das Escrituras do Tombo», vai ser o cronista e o historiador oficial do fim da primeira dinastia, do interregno e do primeiro rei de Avis. E abre deste modo a sua *Crónica do Senhor Rei Dom Pedro*:

«Este Rei Dom Pedro era muito gago; e foi sempre grande caçador e monteiro em sendo Infante...» D. Pedro (o *Justiceiro* ou o *Cru* ou *Cruel*, conforme a sensibilidade dos cronistas) subiu ao trono em 1357, por morte do pai, D. Afonso IV, e logo terá decidido, por justiça ou crueldade, ajustar contas com os assassinos – pelo menos morais – da sua amada Inês de Castro. Isto apesar de nas pazes de Canavezes, celebradas com o pai em 1355, se ter comprometido em solene juramento a perdoar aos conselheiros Pero Coelho, Álvaro Gonçalves e Diogo Lopes Pacheco.

Aproveitando o facto de Pedro, o *Cruel*, de Castela, seu igual na sanha vingadora, querer de volta um grupo de fidalgos castelhanos refugiados em Portugal, e de os três conselheiros portugueses, vendo próxima a morte de D. Afonso IV, se terem acoitado em Castela, Pedro de Portugal logo propôs uma troca: os portugueses seriam detidos em Castela e o grupo de fidalgos castelhanos preso em Portugal. Depois proceder-se-ia à permuta. Assim foi, e só Diogo Lopes Pacheco, que fora caçar nessa manhã, conseguiria escapar à detenção. Avisado por um mendigo deficiente, seu protegido (um «*pobre manco*», diz Lopes), Pacheco fugiu para Aragão e depois para França. Coelho e Gonçalves foram trazidos, «*bem presos e arrecadados*», à presença do rei de Portugal que «*mandou tirar o coração pelos peitos a Pero Coelho*» e «*a Álvaro Gonçalves pelas espáduas*». Coelho, segundo Lopes, não se intimidou perante o rei a quem chamou «*traidor, perjuro, algoz e carniceiro de homens*». E o próprio Fernão Lopes não deixa de fazer o seu juízo crítico do episódio, ao dizer que «*muito perdeu el-Rei da sua boa fama por tal escambo como este, o qual foi havido em Portugal e em Castela por um grande mal, dizendo todos os bons que o ouviram, que os reis erravam muito indo contra suas verdades, pois que estes cavaleiros estavam sobre segurança acoutados em seus reinos*».

Em Sevilha, Pedro de Castela mandou matar os seus foragidos recapturados – e outros – com requintes de barbaridade.

Eram bárbaras as leis e bárbaros os costumes do tempo, e com o poder discricionário que acabavam por ter os monarcas que os não respeitavam tornavam-nos mais bárbaros ainda.